

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRANSPORTE E MOBILIDADE – SEMTRAN
GUARDA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – GMPV

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026

NÍVEL SUPERIOR

01100 – GUARDA MUNICIPAL – TIPO A

Frase: **A diversidade enriquece a convivência.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **80 (oitenta)** questões objetivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova** e no **cartão-resposta**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova** e o **cartão-resposta** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

• Texto para as questões de 1 a 10.

Lei Seca chega aos 18, e não pode caducar

Instituir tolerância zero para a ingestão de álcool por condutores é um dos marcos da segurança viária brasileira. Se antes os motoristas podiam consumir uma quantidade limitada de bebida alcoólica sem serem punidos e, quando flagrados embriagados, não respondiam criminalmente por isso, desde junho de 2008, não há mais benevolência legal para tais condutas. A Lei Seca deu início a um grande processo de mudança de hábitos ao volante. Chega à maioria com a eficácia reconhecida e o desafio de conter novas e velhas ameaças à paz no trânsito.

Em 18 anos, foram aplicadas mais de 3,7 milhões de multas no país, com São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador liderando o ranking das cidades que registraram mais infrações: 257 mil, 228 mil, 133 mil, 74 mil e 63 mil, respectivamente. Nacionalmente, a média de multas durante o período é de 23 por hora, considerando os condutores que foram flagrados no bafômetro e os que se recusaram a fazer o teste. E é aí que se evidencia um dos grandes desafios na consolidação da Lei Seca: dois terços das infrações são referentes ao segundo desfecho.

Ainda que os motoristas que se recusam a serem examinados também respondam por infração gravíssima e estejam sujeitos às mesmas penalidades administrativas, a estratégia adotada pode dificultar um manejo em prol da segurança viária. Os últimos cinco anos com dados fechados sobre a Lei Seca são ilustrativos nesse sentido. Enquanto, de 2021 a 2025, o número de flagrantes caiu 15%, o de negações ao teste do bafômetro subiu 63%. Isso em um cenário de aumento geral das penalizações de quase 40%.

Inferir que, depois de 18 anos, segue forte uma crença na falta de fiscalização e/ou um desdém com as graves consequências da combinação álcool e volante não é, dessa forma, um exagero. O próprio relatório sobre a maioria da Lei Seca alerta para “uma tendência preocupante de aumento nas infrações relacionadas à recusa do teste do bafômetro”, indicando “a implementação de campanhas de conscientização juntamente com a intensificação das fiscalizações”, considerando sobretudo os perfis dos infratores. São punidos principalmente condutores do sexo masculino e habilitados há um tempo relativamente curto — de zero a cinco anos.

Acende-se, assim, um outro alerta: em tempos de flexibilização das regras de obtenção da CNH — inclusive para motociclistas —, se há uma nova geração menos preocupada com a segurança viária, é inadmissível qualquer recuo que comprometa a aprendizagem da legislação de trânsito. Ao contrário: há de identificar as brechas que favorecem iniciantes a cometerem infração gravíssima e, prontamente, corrigi-las.

Também chama a atenção o fato de estatisticamente as mulheres serem mais resistentes ao bafômetro — os homens apresentam 13% menos chance de se recusar a fazer o teste quando provocados pelas autoridades, segundo o relatório. São elas também que vêm registrando um aumento expressivo no consumo abusivo de álcool — de 9,2% para 15,7% entre 2006 e 2024. Desconsiderar uma possível conexão entre os dois fenômenos é, no mínimo, temerário.

Ao longo dos anos, a Lei Seca salvou dezenas de milhares de vidas – cálculos mais modestos estimam em 50 mil. Tem seus efeitos reconhecidos internacionalmente. Mas, como toda a boa política pública, tem que acompanhar os desafios impostos pelas dinâmicas socioeconômicas para não caducar. Não faltam sinais de alerta. Desconsiderá-los é pôr em risco um dos maiores avanços civilizatórios dos tempos recentes.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2026/06/7446395-lei-seca-chega-aos-18-e-nao-pode-caducar.html>

1. A partir da leitura do texto, podemos afirmar a tese nele apresentada é a de que:

- (A) A Lei Seca deve, após 18 anos de existência, se adaptar ao atual momento para continuar eficaz.
- (B) A Lei Seca deve ser defendida pelos parlamentares e não pode ser revogada.
- (C) O alto índice de recusas ao teste do bafômetro favorece a eficácia da Lei Seca.
- (D) A flexibilização das regras para a obtenção da CNH pode gerar uma menor eficácia da Lei Seca.
- (E) É necessária uma maior fiscalização das mulheres para que a Lei Seca permaneça eficaz nos dias atuais.

2. Um argumento é um recurso utilizado para defender uma tese, persuadir o leitor ou justificar um ponto de vista. Ele combina lógica, dados e raciocínio para dar sustentação a uma ideia. No caso do texto, o seu terceiro parágrafo apresenta um:

- (A) Argumento de autoridade, que sustenta a tese do autor por meio de citações de especialistas.
- (B) Contra-argumento, que visa enfraquecer uma contestação direta feita à tese do autor.
- (C) Argumento de raciocínio lógico, fundamentado estritamente em uma relação abstrata de causa e efeito.
- (D) Argumento baseado em provas concretas, sustentado por dados estatísticos e fatos extraídos da realidade oficial.
- (E) Argumento por exemplificação, que utiliza uma narrativa fictícia para facilitar a compreensão do leitor.

3. No trecho “Acende-se, assim, um outro alerta:”, o emprego do vocábulo em destaque estabelece um mecanismo de coesão anafórica. Ao sinalizar a existência de um novo aviso, o texto retoma implicitamente o alerta primeiramente apresentado no parágrafo anterior, que se refere à:

- (A) Maior frequência de punições aplicadas estritamente a condutores do sexo masculino.
- (B) Crença generalizada na impunidade gerada pela precariedade das fiscalizações.
- (C) Necessidade emergencial de identificar brechas na legislação que favorecem motoristas iniciantes.
- (D) Elevação de quase 40% no número de penalizações aplicadas.
- (E) Tendência preocupante de crescimento nas ocorrências de recusa à realização do teste do bafômetro.

4. No trecho “Ao longo dos anos, a Lei Seca salvou dezenas de milhares de vidas - cálculos mais modestos estimam em 50 mil”, retirado do último parágrafo do texto, o vocábulo em destaque confere ao número apresentado o sentido de que ele constitui uma:

- (A) Estimativa imprecisa e exagerada pelos órgãos oficiais de trânsito.
- (B) Quantificação exata, impossível de sofrer variações marginais.
- (C) Projeção cautelosa e conservadora, sugerindo que o número real pode ser ainda maior.
- (D) Contagem imprecisa baseada em amostragens socioeconômicas restritas.
- (E) Meta idealizada a ser alcançada pelas políticas públicas viárias no futuro.

5. Assinale a alternativa que mantém exatamente o mesmo sentido que possui o trecho abaixo, extraído do 3º parágrafo do texto.

“Enquanto, de 2021 a 2025, o número de flagrantes caiu 15%, o de negações ao teste do bafômetro subiu 63%. Isso em um cenário de aumento geral das penalizações de quase 40%.”

- (A) Enquanto, de 2021 a 2025, o número de penalizações subiu 40%, o número de flagrantes aumentou 15% e o de negações ao teste do bafômetro subiu 63% em um cenário de aumento.
- (B) Em um cenário de aumento de 63% no número de negações ao teste do bafômetro, de 2021 a 2025 o número de negações ao teste do bafômetro caiu 15% e o de flagrantes subiu 40%.
- (C) Enquanto, de 2021 a 2025, o número de negações ao teste do bafômetro subiu 63%, o número de flagrantes caiu 15%, isso em um cenário de arrefecimento geral das penalizações de quase 40%.
- (D) Em um cenário de aumento de quase 40% nas penalizações, de 2021 a 2025, o número de flagrantes caiu 15% enquanto o de negações ao teste do bafômetro aumentou 63%.
- (E) O número de flagrantes caiu 15% mesmo em um cenário de aumento geral das penalizações de mais de 40%, uma vez que o número de negações ao teste do bafômetro subiu 63% de 2021 a 2025.

6. Analise o seguinte trecho, extraído do primeiro parágrafo do texto, e em seguida assinale a alternativa que faz uma correta análise sintática sobre ele.

“Se antes os motoristas podiam consumir uma quantidade limitada de bebida alcoólica sem serem punidos e, quando flagrados embriagados, não respondiam criminalmente por isso, desde junho de 2008, não há mais benevolência legal para tais condutas.”

- (A) O trecho “os motoristas” exerce papel sintático de sujeito da oração principal.
- (B) O trecho “quando flagrados embriagados” é uma oração subordinada adverbial.
- (C) O trecho “uma quantidade limitada de bebida alcoólica” exerce papel de complemento direto do verbo “poder”.
- (D) O trecho “desde junho de 2008” classifica-se como oração subordinada adjetiva restritiva.
- (E) O trecho “não respondiam criminalmente por isso” classifica-se como oração subordinada substantiva apositiva.

7. Considere o emprego das formas verbais sublinhadas no trecho a seguir, que configura uma articulação temporal específica:

“Se antes os motoristas podiam consumir uma quantidade limitada de bebida alcoólica sem serem punidos e, quando flagrados embriagados, não respondiam criminalmente por isso, desde junho de 2008, não há mais benevolência legal para tais condutas.”

O uso do pretérito imperfeito do indicativo em “podiam” e “respondiam”, em correlação com o presente do indicativo em “há”, cumpre o papel gramatical de:

- (A) Assinalar uma ação habitual e duradoura inteiramente concluída no passado, cuja quebra de continuidade e contraposição com o estado atual de coisas é demarcada pela mudança de tempo e pela locução temporal adjunta.
- (B) Expressar um fato hipotético dependente de uma condição pretérita não realizada, que se projeta sobre o momento da enunciação para atenuar a assertividade da mudança legislativa descrita no contexto.
- (C) Indicar um processo verbal concomitante ao marco temporal estipulado pela introdução da nova norma jurídica, estabelecendo uma relação de concomitância estrita entre as práticas pretéritas e as presentes.
- (D) Marcar a transição de um estado durativo inconcluso em direção a uma ação pontual e imediatamente estancada pelo advento da legislação, configurando um aspecto verbal instantâneo.
- (E) Denotar uma ação cujo término exato é indeterminado pela perspectiva do narrador, conferindo um caráter atemporal e permanente às práticas de trânsito que antecederam o marco civilizatório da Lei Seca.

8. No trecho “Nacionalmente, a média de multas durante o período é de 23 por hora, considerando os condutores que foram flagrados no bafômetro e os que se recusaram a fazer o teste.” (2º parágrafo), o segmento destacado encontra-se na voz passiva analítica.

Caso esse segmento seja transposto para a voz ativa, mantendo-se a estrita correlação com os tempos do indicativo presentes na moldura desse período e preservando a correção gramatical, a redação adequada para o trecho sublinhado será:

- (A) que o bafômetro flagrara.
- (B) que as autoridades flagraram.
- (C) que a fiscalização flagrasse.
- (D) que os testes flagravam.
- (E) que as blitzes flagram.

9. O estudo dos processos morfológicos permite compreender como as palavras são estruturadas e adaptadas ao léxico de uma língua. Com base nas regras de formação de palavras adotadas pela norma-padrão, assinale a alternativa em que a classificação do termo retirado do texto está inteiramente correta.

- (A) “Embriagados” (1º parágrafo) – classifica-se como um caso clássico de derivação prefixal e sufixal, visto que os afixos operam de forma independente sobre o radical.
- (B) “benevolência” (1º parágrafo) – representa um processo moderno de composição por aglutinação de duas palavras totalmente vernáculos da língua portuguesa.
- (C) “consolidação” (2º parágrafo) – constitui um exemplo inequívoco de derivação parassintética, dada a necessidade de inclusão simultânea de afixos.
- (D) “bafômetro” (3º parágrafo) – classifica-se estritamente como composição por justaposição pura, pois não há qualquer alteração fonética ou elemento de ligação entre os radicais.
- (E) “recusa” (4º parágrafo) – classifica-se como derivação regressiva (ou deverbal), uma vez que o substantivo abstrato que denota ação é formado a partir do verbo “recusar”, com a redução da estrutura verbal.

10. Considerando as complexas relações de paronímia na língua portuguesa, assinale a única alternativa em que o emprego dos termos destacados atende plenamente à norma-padrão e ao sentido contextual adequado ao universo temático do texto.

- (A) As autoridades de trânsito buscam ratificar as brechas ainda existentes na legislação vigente para que os condutores recém-habilitados não encontrem saídas jurídicas.
- (B) O relatório estatístico demonstra que os motoristas sob efeito de álcool costumam infringir as normas de trânsito, cabendo aos agentes públicos infringir severas penalidades administrativas.
- (C) Para que a legislação não venha a caducar, torna-se necessário retificar os mecanismos de controle viário, pois novas dinâmicas socioeconômicas foram impostas nos últimos anos.
- (D) Diante do risco eminente de sinistros graves nas rodovias federais causados pelo consumo abusivo de bebidas alcoólicas, faz-se necessária a intensificação imediata das blitzes.
- (E) A somatória das multas aplicadas pelas capitais brasileiras ao longo dos dezoito anos da Lei Seca resultou em um montante financeiro vultuoso, direcionado a campanhas educativas.

Raciocínio Lógico**RASCUNHO**

11. Durante uma conferência global sobre mudanças climáticas, o comitê de sustentabilidade implementou um sistema de codificação para seus relatórios confidenciais. Este sistema associa palavras-chave a códigos numéricos, seguindo uma regra lógica baseada na contagem de elementos específicos da palavra.

Considere os seguintes exemplos de palavras-chave e seus respectivos códigos: CLIMA = 235, CARBONO = 347 e RECICLAGEM = 4610

Com base no padrão lógico estabelecido, o código numérico correto para a palavra “**SUSTENTABILIDADE**” é igual a:

- (A) 7815.
- (B) 8816.
- (C) 9716.
- (D) 8715.
- (E) 7916.

12. Em um congresso internacional de tecnologia, que conta com a participação de 150 especialistas, foi realizada uma pesquisa detalhada sobre suas qualificações profissionais. Os resultados obtidos foram os seguintes:

65 especialistas possuem certificação em Segurança da Informação, 55 especialistas possuem certificação em Cloud Computing, 40 especialistas possuem certificação em Inteligência Artificial, 20 especialistas possuem certificações em Segurança da Informação e Cloud Computing, 15 especialistas possuem certificações em Segurança da Informação e Inteligência Artificial, 10 especialistas possuem certificações em Cloud Computing e Inteligência Artificial e 5 especialistas possuem as três certificações mencionadas.

Com base nesses dados, o número de especialistas presentes no congresso que não possuem nenhuma dessas três certificações é igual a:

- (A) 30.
- (B) 40.
- (C) 20.
- (D) 25.
- (E) 35.

13. O regulamento interno de *compliance* de uma corporação estabelece a seguinte diretriz:

“Se um projeto envolve capital estrangeiro, então a diretoria executiva deve ser formalmente notificada e a obtenção de um parecer jurídico é mandatória.”

Considerando os princípios da lógica proposicional, a proposição logicamente equivalente a essa diretriz pode ser dada por:

- (A) Se a diretoria executiva foi notificada e o parecer jurídico foi obrigatório, então o projeto envolve capital estrangeiro.
- (B) Se o projeto não envolve capital estrangeiro, então a diretoria executiva não deve ser notificada ou o parecer jurídico não é obrigatório.
- (C) Se a diretoria executiva não foi notificada ou o parecer jurídico não foi obrigatório, então o projeto não envolve capital estrangeiro.
- (D) O projeto envolve capital estrangeiro, a diretoria executiva é notificada e o parecer jurídico é obrigatório.
- (E) Se a diretoria executiva não foi notificada e o parecer jurídico não foi obrigatório, então o projeto não envolve capital estrangeiro.

14. Dois vigilantes, Alfa e Gama, trabalham em regime de escala. Alfa trabalha 3 dias consecutivos e folga 1 dia. Gama trabalha 4 dias consecutivos e folga 1 dia. Se ambos folgaram juntos em um domingo, temos que o próximo dia da semana em que ambos folgarão juntos novamente será em um(a):

- (A) Segunda-feira.
- (B) Domingo.
- (C) Sexta-feira.
- (D) Sábado.
- (E) Quarta-feira.

15. A equipe de segurança da informação de um banco identificou uma proporção constante em seus sistemas: para cada 5 tentativas de ataque cibernético bloqueadas automaticamente pelo firewall, 2 conseguem ultrapassar o filtro inicial, exigindo análise manual. Sabendo que, em uma determinada semana, a equipe precisou realizar a análise manual de 280 tentativas que não foram bloqueadas, o número total de ataques (bloqueados e não bloqueados) registrados nesse período foi de:

- (A) 840.
- (B) 980.
- (C) 720.
- (D) 900.
- (E) 640.

RASCUNHO

16. O diretor de recursos humanos de uma multinacional estabeleceu a seguinte diretriz normativa para a concessão de benefícios:

“Se o colaborador atinge as metas de produtividade e possui assiduidade integral, então ele recebe a bonificação anual.”

Do ponto de vista da lógica proposicional, a proposição que expressa a negação estrita dessa diretriz é dada por:

- (A) Se o colaborador não atinge as metas de produtividade ou não possui assiduidade integral, então ele não recebe a bonificação anual.
- (B) O colaborador não atinge as metas de produtividade ou não possui assiduidade integral, e não recebe a bonificação anual.
- (C) O colaborador atinge as metas de produtividade e possui assiduidade integral, mas não recebe a bonificação anual.
- (D) Se o colaborador recebe a bonificação anual, então ele atingiu as metas de produtividade e possui assiduidade integral.
- (E) O colaborador atinge as metas de produtividade, possui assiduidade integral e recebe a bonificação anual.

17. As empresas Alpha, Beta, Gamma, Delta e Épsilon ocupam, cada uma, um andar diferente de um edifício comercial de 5 andares. Sabe-se que:

Gamma ocupa o andar mais alto do edifício.

Épsilon ocupa o 2º andar.

Alpha ocupa um andar mais alto que Beta.

Delta ocupa um andar mais baixo que Beta.

Com base nessas informações, a empresa que ocupa o 4º andar é:

- (A) Alpha.
- (B) Beta.
- (C) Delta.
- (D) Épsilon.
- (E) Gamma.

18. Um comerciante adquire um artigo por R\$ 600,00. Ele pretende etiquetar o produto com um preço marcado (preço de etiqueta) sobre o qual concederá um desconto de 20% no ato da venda. Ele deseja obter um lucro correspondente a 25% do preço de venda efetivo (e não sobre o preço de custo). O preço marcado no produto (na etiqueta), em reais, é igual a:

- (A) R\$ 1.200,00.
- (B) R\$ 900,00.
- (C) R\$ 1.100,00.
- (D) R\$ 850,00.
- (E) R\$ 1.000,00.

19. Um algoritmo de aprendizado de máquina produz uma sequência de parâmetros de calibração conforme uma regra fixa. Os primeiros termos são:

6, 12, 21, 33, ...

Seguindo o mesmo padrão, o oitavo termo da sequência será:

- (A) 107.
- (B) 111.
- (C) 117.
- (D) 114.
- (E) 120.

RASCUNHO

Noções de Informática

20. A transformação digital ampliou a adoção de documentos eletrônicos em órgãos públicos, exigindo mecanismos capazes de assegurar autenticidade, integridade e não repúdio em processos administrativos. No contexto da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a assinatura digital constitui um dos principais instrumentos para conferir validade técnica aos documentos eletrônicos, permitindo verificar alterações posteriores ao ato de assinatura sem depender da simples ocultação do conteúdo.

Com base nos mecanismos criptográficos empregados na assinatura digital, assinale a alternativa que descreve corretamente a finalidade desse recurso.

- (A) Garantir a confidencialidade integral do documento por meio da criptografia realizada exclusivamente com a chave pública do destinatário, impedindo alterações posteriores durante a transmissão.
- (B) Assegurar a autenticidade da origem e a integridade do documento mediante assinatura produzida com a chave privada do signatário, permitindo verificação correspondente por meio da chave pública associada.
- (C) Possibilitar a substituição permanente dos certificados digitais por funções de *hash*, eliminando a necessidade de infraestrutura de certificação para validar documentos eletrônicos oficiais.
- (D) Viabilizar o armazenamento protegido do documento em servidores remotos mediante criptografia simétrica obrigatória, dispensando procedimentos destinados à verificação da identidade do emissor.
- (E) Permitir que qualquer usuário autorizado gere assinaturas válidas utilizando a chave pública constante do certificado digital, preservando simultaneamente autenticidade, integridade e confidencialidade.

21. Em um processo de auditoria interna, uma equipe recebeu uma planilha contendo milhares de registros de pagamentos efetuados por diferentes unidades administrativas. Para reduzir o tempo de análise, tornou-se necessário identificar exclusivamente os registros pertencentes a determinada unidade, cujo valor fosse superior a um limite previamente estabelecido, preservando a estrutura da planilha e permitindo a posterior restauração da visualização completa dos dados.

Com base no funcionamento dos recursos de filtragem e organização de dados presentes no Microsoft Excel e no LibreOffice Calc, assinale a alternativa que descreve corretamente a operação indicada para a situação apresentada.

- (A) Aplicar um filtro automático com critérios simultâneos sobre as colunas pertinentes, restringindo temporariamente a exibição aos registros que atendam às condições especificadas, sem alterar a posição original das linhas armazenadas.
- (B) Executar a classificação crescente da planilha utilizando simultaneamente as colunas de unidade e valor, ocultando automaticamente todos os registros que não satisfaçam aos critérios definidos para consulta.
- (C) Empregar a função PROCX (ou equivalente) para substituir temporariamente os registros incompatíveis pelos valores nulos, restaurando-os automaticamente ao final da análise dos resultados.
- (D) Converter o intervalo de dados em gráfico dinâmico, utilizando os eixos para restringir visualmente os registros compatíveis com os critérios previamente estabelecidos durante a auditoria.
- (E) Inserir uma tabela dinâmica contendo apenas os registros desejados, procedimento que elimina da planilha original as linhas incompatíveis com os critérios definidos para a consulta.

22. Durante a tramitação de documentos em um órgão público, um servidor precisou encaminhar um relatório técnico para diversos destinatários externos. A mensagem deveria conter um arquivo anexado, preservar o conteúdo original do documento e permitir que todos os destinatários o recebessem simultaneamente.

Considerando o funcionamento dos serviços de correio eletrônico e do mecanismo de anexação de arquivos, assinale a alternativa que descreve corretamente esse procedimento.

- (A) O arquivo anexado passa a integrar permanentemente o corpo da mensagem durante a transmissão, deixando de existir como elemento independente após o envio.
- (B) O anexo é incorporado à mensagem utilizando um mecanismo de codificação apropriado para transporte pelo correio eletrônico, permitindo que o destinatário o receba como arquivo separado do corpo do e-mail.
- (C) O envio de arquivos anexos exige, obrigatoriamente, que remetente e destinatário utilizem o mesmo provedor de correio eletrônico e o mesmo aplicativo cliente de e-mail.
- (D) O processo de anexação converte automaticamente qualquer arquivo em documento PDF, assegurando compatibilidade entre diferentes sistemas operacionais e aplicativos de correio eletrônico.
- (E) O anexo somente pode ser encaminhado quando armazenado previamente em serviço de computação em nuvem, sendo vedado o envio direto de arquivos existentes no dispositivo do remetente.

23. Uma autarquia estadual implantou um ambiente computacional no qual os servidores acessam sistemas administrativos internos por meio de uma rede restrita à instituição. Além disso, fornecedores previamente credenciados podem consultar ordens de serviço e encaminhar documentos por um portal específico, utilizando autenticação e permissões limitadas, sem acesso aos demais recursos corporativos.

Com base nos conceitos de internet, intranet e extranet, assinale a alternativa que caracteriza corretamente o ambiente destinado aos fornecedores externos na situação apresentada.

- (A) Corresponde a uma intranet compartilhada integralmente com usuários externos, permitindo acesso equivalente ao concedido aos servidores da instituição.
- (B) Constitui uma rede privada virtual que substitui integralmente a internet, dispensando autenticação e mecanismos destinados ao controle de acesso.
- (C) Caracteriza uma extranet, por disponibilizar recursos específicos da organização a usuários externos autorizados, mediante políticas de autenticação e restrição de permissões.
- (D) Representa uma extensão pública da internet, permitindo acesso irrestrito aos serviços institucionais independentemente da identidade do usuário.
- (E) Configura um serviço de computação em nuvem destinado exclusivamente ao armazenamento compartilhado de documentos entre organizações distintas.

24. Em uma instituição pública, um analista organizava documentos em um computador com sistema operacional Windows. Durante essa atividade, criou um atalho na Área de Trabalho para uma pasta localizada em outro volume de armazenamento, facilitando o acesso frequente ao seu conteúdo. Posteriormente, a pasta original foi movida para outro local e o caminho originalmente referenciado pelo atalho deixou de existir.

Acerca do funcionamento dos atalhos em sistemas operacionais modernos, assinale a alternativa que corretamente descreve seu comportamento.

- (A) O atalho mantém uma cópia sincronizada da pasta original e continua acessando normalmente os arquivos, independentemente da alteração de seu caminho no sistema de arquivos.
- (B) O atalho converte automaticamente seu destino para o novo local da pasta sempre que ela é movida dentro de qualquer unidade de armazenamento reconhecida pelo sistema operacional.
- (C) O atalho deixa de localizar o recurso quando o caminho originalmente referenciado deixa de existir, exigindo sua atualização ou recriação para apontar ao novo local da pasta.
- (D) O atalho transforma-se automaticamente em um link simbólico permanente, preservando sua funcionalidade mesmo após alterações no nome, na localização ou na unidade da pasta original.
- (E) O atalho passa a acessar o diretório imediatamente superior ao da pasta movida, preservando parcialmente sua funcionalidade até que o sistema operacional seja reiniciado.

25. Um órgão da administração pública decidiu adotar uma plataforma de computação em nuvem para elaboração colaborativa de documentos técnicos. A solução escolhida deveria reduzir a necessidade de múltiplas cópias do mesmo documento e facilitar a coordenação das atividades entre equipes distribuídas geograficamente.

Tendo em vista as características das ferramentas colaborativas baseadas em computação em nuvem, assinale a alternativa que descreve corretamente uma funcionalidade típica desse modelo de trabalho.

- (A) O compartilhamento de documentos exige que apenas um usuário permaneça com o arquivo aberto por vez, impedindo edições concorrentes para preservar sua consistência.
- (B) O histórico de versões substitui integralmente os mecanismos de controle de acesso, permitindo que qualquer usuário autenticado restaure ou modifique versões anteriores do documento.
- (C) A sincronização automática elimina a necessidade de conexão com a internet, pois todas as alterações passam a ser distribuídas diretamente entre os computadores participantes.
- (D) A edição colaborativa possibilita que múltiplos usuários autorizados trabalhem simultaneamente em um mesmo documento, registrando alterações e mantendo histórico de versões conforme as permissões definidas.
- (E) O armazenamento em nuvem converte automaticamente todos os documentos compartilhados em arquivos somente para leitura após o primeiro acesso realizado por usuário externo.

26. Uma comissão organizadora elaborava um relatório técnico com dezenas de páginas utilizando um editor de texto. O documento continha elementos pré-textuais sem numeração aparente, capítulos que deveriam iniciar em novas páginas e anexos identificados por sequência distinta da parte principal. Para atender às normas de apresentação, tornou-se necessário aplicar recursos que permitissem alterar a organização das páginas sem comprometer a continuidade do conteúdo nem a atualização automática da numeração.

Considerando os recursos disponíveis no Microsoft Word e no LibreOffice Writer, assinale a alternativa que apresenta corretamente o mecanismo empregado para permitir configurações independentes de numeração, cabeçalhos e rodapés em diferentes partes de um mesmo documento.

- (A) A utilização de estilos de parágrafo, pois esses recursos modificam automaticamente a numeração das páginas e estabelecem cabeçalhos independentes para cada capítulo do documento.
- (B) A inserção de caixas de texto vinculadas entre páginas consecutivas, permitindo que cada trecho mantenha configuração própria de cabeçalho, rodapé e numeração.
- (C) A aplicação de marcadores automáticos em títulos de primeiro nível, possibilitando que cada capítulo possua formatação independente de páginas e seções.
- (D) A criação de colunas com largura personalizada, uma vez que esse recurso isola cada parte do documento e permite configurar cabeçalhos distintos para cada conjunto de páginas.
- (E) A inserção de quebras de seção, possibilitando configurar de forma independente cabeçalhos, rodapés, orientação da página e numeração em diferentes partes do documento.

Atualidades

27. A geopolítica energética contemporânea atribui grande relevância a determinadas passagens marítimas por sua função no escoamento internacional de petróleo e gás natural. Entre essas rotas, destaca-se uma passagem localizada entre o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã, próxima ao Irã e a Omã, frequentemente mencionada em análises sobre segurança energética global. Identifique a alternativa que apresenta corretamente essa passagem marítima.

- (A) Canal de Suez.
- (B) Estreito de Bab el-Mandeb.
- (C) Estreito de Malaca.
- (D) Estreito de Hormuz.
- (E) Canal do Panamá.

28. A ocorrência de incêndios florestais relaciona-se a fatores climáticos, territoriais e institucionais, exigindo acompanhamento técnico por órgãos ambientais e de monitoramento. Considerando a gestão pública desse tipo de risco ambiental, é correto afirmar que:

- (A) O acompanhamento climático permite dimensionar estoques de equipamentos, mas a definição de áreas prioritárias depende principalmente dos registros consolidados de queimadas anteriores.
 - (B) A gestão de incêndios florestais organiza-se pela resposta emergencial, pela recomposição ambiental e pela responsabilização administrativa dos agentes envolvidos.
 - (C) O monitoramento climático fornece subsídios para planejamento institucional, identificação de áreas vulneráveis e organização de respostas preventivas e operacionais.
 - (D) A prevenção de incêndios florestais vincula-se ao licenciamento ambiental, pois atividades econômicas em áreas rurais concentram os principais fatores de risco.
 - (E) A variação regional do regime de chuvas orienta ações de combate em biomas específicos, com priorização das áreas que apresentam estiagem prolongada no período anterior.
-

29. O acompanhamento das arboviroses urbanas exige atualização permanente dos dados epidemiológicos, integração entre ações assistenciais e estratégias de prevenção, especialmente em períodos de variação no número de casos. Considerando a situação da dengue no Brasil em 2026, assinale a alternativa correta.

- (A) A redução de casos registrados orienta a concentração das ações públicas na assistência hospitalar, com reorganização da vigilância para os casos de maior gravidade clínica.
- (B) A vacinação contra a dengue fortalece a resposta sanitária, sendo articulada à vigilância epidemiológica, à investigação de casos e às ações de controle do vetor.
- (C) A queda dos registros nacionais permite a reclassificação da dengue como evento de monitoramento local, com atuação prioritária dos municípios em áreas de maior incidência.
- (D) A estratégia de enfrentamento da dengue desloca o controle ambiental para campanhas sazonais, com foco em períodos de maior circulação viral.
- (E) A investigação epidemiológica passa a orientar principalmente a avaliação da cobertura vacinal, tornando secundária a análise da circulação territorial do vetor.

30. A adoção de sistemas de Inteligência Artificial pela Administração Pública envolve decisões técnicas, jurídicas e administrativas relacionadas à prestação de serviços públicos, à gestão de dados e à responsabilização institucional. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A governança de Inteligência Artificial privilegia a eficiência operacional, estabelecendo critérios técnicos para acelerar procedimentos administrativos de baixa complexidade.
- (B) A governança de Inteligência Artificial concentra-se na interoperabilidade entre bases de dados públicas, com ênfase na integração de cadastros e na automação documental.
- (C) A governança de Inteligência Artificial compreende a definição de princípios, responsabilidades, critérios de segurança e mecanismos de controle para orientar o uso institucional da tecnologia.
- (D) A governança de Inteligência Artificial vincula-se à inovação tecnológica, priorizando soluções automatizadas para reduzir a intervenção humana em processos administrativos.
- (E) A governança de Inteligência Artificial organiza procedimentos de contratação de sistemas digitais, com foco na padronização técnica de softwares utilizados pelos órgãos públicos.

31. A tramitação de propostas de emenda à Constituição exige deliberação qualificada nas Casas do Congresso Nacional e pode alterar a organização de políticas públicas de competência compartilhada. No caso da PEC da Segurança Pública discutida em 2026, assinale a alternativa correta.

- (A) A proposta constitucional amplia a articulação nacional da segurança pública, com preservação da tramitação bicameral própria das emendas constitucionais.
- (B) A proposta constitucional reorganiza as atribuições das polícias estaduais, deslocando para a União a direção administrativa das corporações em situações de crise.
- (C) A proposta constitucional transforma o Sistema Único de Segurança Pública em órgão federal, responsável pela coordenação operacional das forças estaduais.
- (D) A proposta constitucional altera o regime de competências legislativas, atribuindo aos municípios a formulação principal das diretrizes nacionais de segurança.
- (E) A proposta constitucional conclui-se com votação qualificada na Câmara dos Deputados, seguida de regulamentação por decreto legislativo do Congresso Nacional.

32. Durante o ano de realização das eleições gerais, agentes públicos devem observar restrições específicas previstas na legislação eleitoral e sistematizadas em materiais orientativos institucionais. Considerando a finalidade dessas regras no âmbito da Administração Pública, é possível afirmar que as regras eleitorais aplicáveis aos agentes públicos:

- (A) Reorganizam a comunicação institucional, permitindo publicidade administrativa quando vinculada a entregas, obras ou programas em andamento.
- (B) Autorizam a continuidade de políticas públicas ordinárias, desde que acompanhadas de divulgação institucional padronizada e impessoal.
- (C) Disciplinam a atuação de servidores efetivos, mantendo tratamento diferenciado para ocupantes de cargos de direção e assessoramento.
- (D) Atribuem aos órgãos de controle interno a competência para flexibilizar restrições quando houver interesse público justificado.
- (E) Têm por finalidade preservar a normalidade administrativa e impedir que bens, serviços ou prerrogativas públicas sejam utilizados em benefício eleitoral.

33. A implementação da Reforma Tributária do consumo no Brasil passou a exigir, em 2026, atenção dos contribuintes a procedimentos relacionados à CBS e ao IBS, em consonância com normas técnicas e orientações emitidas pelos órgãos responsáveis. Considerando esse processo, assinale a alternativa correta.

- (A) A incidência simultânea da CBS e do IBS em 2026 configura etapa plena de substituição dos tributos sobre o consumo, com efeitos arrecadatários equivalentes aos previstos para o período posterior à transição.
- (B) A emissão de documentos fiscais eletrônicos deve contemplar informações individualizadas sobre CBS e IBS, conforme regras e leiautes definidos em notas técnicas específicas.
- (C) A escrituração da CBS e do IBS em 2026 concentra-se na apuração municipal do consumo, cabendo à União a função de consolidar os repasses aos entes subnacionais.
- (D) A aplicação inicial da CBS e do IBS organiza a arrecadação por origem da operação, preservando a lógica predominante do ICMS na etapa de circulação de mercadorias.
- (E) A transição tributária de 2026 estabelece recolhimento ordinário dos novos tributos com compensação automática e proporcional dos valores de ICMS, ISS, PIS e Cofins.

Conhecimentos sobre Porto Velho/RO e Rondônia

34. “Bioma é um conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação que são próximos e que podem ser identificados em nível regional, com condições de geologia e clima semelhantes e que, historicamente, sofreram os mesmos processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria. Em nosso país podemos encontrar seis tipos de biomas [...]. Nossos biomas são importantes não somente como recursos naturais [...], mas, [...] como ambientes de grande riqueza natural no planeta.”

(IBGE. Biomas brasileiros. IBGE Educa. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomas-brasileiros.html>.

Acesso em: 20 jun. 2026.)

Com base nos conhecimentos sobre o Estado de Rondônia, assinale a afirmativa que identifica corretamente as características do bioma predominante em seu território.

- (A) Bioma que ocupa aproximadamente 13% do território brasileiro. Em razão de sua localização, é ocupado por mais de 50% da população brasileira e constitui o bioma mais ameaçado do Brasil. Apenas 27% de sua cobertura florestal original ainda está preservada.
 - (B) Bioma que ocupa aproximadamente 24% do território brasileiro. É reconhecido como a savana mais rica do mundo em biodiversidade. Até a década de 1950, manteve-se quase inalterado. A partir da década de 1960, com a abertura de uma nova rede rodoviária, sua cobertura vegetal natural deu lugar à pecuária e à agricultura intensiva.
 - (C) Bioma que ocupa aproximadamente 2% do território nacional. É caracterizado por clima chuvoso, sem período seco, mas com temperaturas negativas no inverno, que influenciam a vegetação. Em toda a área de abrangência do bioma, a atividade humana propiciou uma uniformização da cobertura vegetal, que, de modo geral, é utilizada como pastagem natural ou ocupada por atividades agrícolas, principalmente o cultivo do arroz.
 - (D) Bioma que ocupa aproximadamente 2% do território nacional. Entretanto, é reconhecido como a maior planície de inundação contínua do planeta Terra, o que constitui o principal fator para sua formação e diferenciação em relação aos demais biomas. É o bioma mais preservado, embora a criação de gado seja uma importante atividade econômica para a região, aliada às atividades turísticas.
 - (E) Bioma que ocupa cerca de 49% do território brasileiro e abriga a maior floresta tropical do mundo, correspondendo a aproximadamente um terço das florestas tropicais úmidas remanescentes do planeta e concentrando a maior biodiversidade de flora e fauna. Reúne cerca de 20% da disponibilidade mundial de água doce superficial e possui expressivas reservas minerais.
-

35. “A pequena ferrovia de Jatobá a Piranhas, contornando a cachoeira de Paulo Afonso, e outra, a Madeira-Mamoré determinada aliás, esta última, por outros fatores, de natureza política e internacional, são como ecos longínquos e apagados daquela obra. Nenhuma das duas estradas vingou, e ambas apenas vegetam numa vida obscura e por enquanto ainda sem perspectivas. Não chegou ainda a hora de reatarmos uma tradição e uma tendência, de tão grande alcance para a nacionalidade, e que o progresso veio tão paradoxalmente abafar.”

(Adapt. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 263.)

A historiografia destaca que determinadas obras ferroviárias do século XIX e início do século XX responderam a motivações distintas. Considerando as afirmativas a seguir, é correto afirmar que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:

- (A) Representou a culminância de um projeto nacional de integração territorial, consolidando uma rede ferroviária contínua entre a Amazônia e o restante do país, cuja principal finalidade consistia em substituir definitivamente a navegação fluvial na região.
- (B) Distinguiu-se das demais obras ferroviárias por resultar principalmente de compromissos assumidos pelo Estado brasileiro no plano diplomático, permanecendo como experiência excepcional que não redefiniu o sentido histórico do sistema nacional de transportes.
- (C) Constituiu exemplo da política ferroviária voltada ao fortalecimento do mercado interno brasileiro, sendo concebida para integrar as economias regionais amazônicas às áreas industriais do Centro-Sul por meio de uma malha nacional planejada.
- (D) Demonstrou o êxito da política de comunicações do Segundo Reinado ao estabelecer um corredor permanente entre os rios amazônicos e o litoral atlântico, tornando-se referência para a expansão ferroviária nacional nas décadas seguintes.
- (E) Simbolizou a consolidação de um modelo de ocupação territorial *sui generis*, baseado na articulação entre cabotagem e ferrovias interiores, eliminando a fragmentação espacial na formação histórica brasileira.

36. Ao examinar a ocupação colonial da região do vale do Guaporé, a historiografia indica que as formas de exploração da força de trabalho indígena dependeram de condições econômicas, disponibilidade de trabalhadores e estratégias de colonização adotadas em diferentes áreas da Amazônia portuguesa. Considerando esse contexto, é correto afirmar que na região do Guaporé:

- (A) Diferentes modos de trabalho compulsório coexistiram, e a incorporação de africanos em escala mais ampla não impediu a continuidade do uso de indígenas, embora estes representassem parcela relativamente menor da população escravizada.
- (B) A regularidade do tráfico negreiro tornou desnecessário o emprego da força de trabalho indígena, ocasionando a rápida substituição dos trabalhadores nativos por africanos ainda nas primeiras décadas da mineração.
- (C) A Coroa portuguesa extinguiu precocemente qualquer forma de trabalho compulsório indígena, impondo fiscalização rigorosa que suprimiu o comércio clandestino e restringiu o uso exclusivo de trabalhadores livres.
- (D) A resistência organizada dos povos indígenas inviabilizou simultaneamente a escravidão indígena e africana, levando a administração colonial a substituir ambas por regimes permanentes de trabalho assalariado.
- (E) A predominância demográfica indígena fez com que a escravidão africana tivesse importância secundária durante todo o período colonial, mantendo-se restrita às atividades administrativas e aos núcleos urbanos.

37. “A criação da Superintendência do Iphan em Rondônia, em 2004, acelerou o processo de reconhecimento da riqueza cultural do Estado, onde os bens tombados marcam dois ciclos distintos de ocupação territorial. Patrimônio Nacional desde a década de 1950, [...] está localizado às margens do rio Guaporé, em uma região estratégica para a defesa das fronteiras disputadas por Espanha e Portugal. Abandonado durante décadas e coberto pela floresta, suas ruínas foram encontradas pela Comissão Rondon, quando o Marechal Cândido Rondon liderava o grupo para a implantação das linhas telegráficas na região Norte do País.”

(IPHAN. Superintendência do Iphan em Rondônia. Gov. Disponível em: www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/rondonia. Acesso em: 30 jun. 2026.)

O texto base refere-se:

- (A) ao Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
- (B) aos Prédios das Estações Telegráficas.
- (C) ao Porto do Cai n'Água.
- (D) ao Real Forte Príncipe da Beira.
- (E) à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

38. A construção de símbolos cívicos municipais frequentemente expressa escolhas sobre memória, identidade e processos históricos considerados fundadores de determinada coletividade. No caso de Porto Velho, a institucionalização de seus símbolos oficiais ocorreu em contexto de valorização da história local e de seus marcos urbanos. Considerando esse processo, é correto afirmar que a bandeira e do brasão do município de Porto Velho foram criados pelo:

- (A) Historiador Cláudio Feitosa, sendo ambos inspirados na Catedral do Sagrado Coração de Jesus e oficializados pela Lei Municipal nº 312, de 15 de outubro de 1985.
- (B) Escritor José Otino de Freitas, sendo ambos inspirados no Palácio Presidente Vargas e oficializados pela Lei Municipal nº 218, de 12 de outubro de 1981.
- (C) Escritor e historiador Antônio Cândido, sendo ambos inspirados nas Três Caixas D'Água e oficializados pela Lei Municipal nº 249, de 11 de outubro de 1983.
- (D) Artista plástico Hélio Siqueira, sendo ambos inspirados na Catedral de Nossa Senhora Auxiliadora e oficializados pela Lei Municipal nº 394, de 10 de outubro de 1987.
- (E) Professor Antônio Pimentel, sendo ambos inspirados na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e oficializados pela Lei Municipal nº 451, de 14 de outubro de 1989.

39. A constituição da identidade territorial e político-administrativa de Rondônia decorreu de processos históricos distintos, nos quais a denominação da capital e a do próprio estado estiveram vinculadas a contextos específicos de ocupação, integração territorial e institucionalização da presença do Estado brasileiro na região. À luz desse processo, examine as afirmativas a seguir e identifique aquela que está historicamente correta.

- (A) O nome Porto Velho originou-se da substituição do porto de Humaitá durante a navegação a vapor no rio Madeira, enquanto o nome Rondônia foi instituído em homenagem ao engenheiro Percival Rodnei Farquhar, responsável pelo financiamento da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e pela ocupação econômica da região.
- (B) O nome Porto Velho decorreu da antiga sede administrativa da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré localizada em Guajará-Mirim, enquanto o nome do estado foi adotado em homenagem ao diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco), em reconhecimento às negociações do 'Tratado de Petrópolis'.
- (C) O nome Porto Velho foi atribuído em referência ao primeiro porto alfandegário criado pelo governo imperial às margens do rio Madeira, enquanto o nome Rondônia passou a designar o território em homenagem às rondas de apresamento indígena ordenadas pela Coroa no contexto da expansão administrativa na Amazônia Ocidental.
- (D) O nome Porto Velho consolidou-se porque o antigo porto militar situado abaixo da cachoeira de Santo Antônio continuou sendo utilizado após a construção do Porto Novo, enquanto o nome Rondônia foi atribuído ao antigo Território do Guaporé em homenagem a Cândido Mariano da Silva Rondon, responsável por expedições que contribuíram para integrar a região à vida nacional.
- (E) O nome Porto Velho, mais antigo, surgiu em razão da transferência da sede municipal para um novo ancoradouro fluvial no início do período republicano, enquanto o nome do estado, mais recente, foi adotado em homenagem a Rondon Pacheco, que chefou o Programa de Integração Nacional (PIN) durante a ditadura empresarial-militar.

40. Os limites territoriais de uma unidade federativa constituem resultado de contextos históricos de ocupação, disputas diplomáticas, reorganizações administrativas e integração nacional. No caso de Rondônia, sua posição geográfica influenciou tanto a ocupação da região quanto as relações econômicas e políticas estabelecidas com estados vizinhos e com países limítrofes. Considerando esse contexto histórico-geográfico, assinale a alternativa que apresenta corretamente os limites territoriais do estado de Rondônia.

- (A) O estado de Rondônia limita-se com Pará a leste, Amazonas ao norte, Acre a oeste e a República do Peru ao sul e sudoeste, configuração territorial consolidada desde a criação do 'Território Federal do Guaporé', em 1943, pelo presidente Getúlio Vargas, ao ser desmembrado do Amazonas e Mato Grosso.
- (B) O estado de Rondônia limita-se com Mato Grosso a leste, Amazonas ao norte, Acre a oeste e o Estado Plurinacional da Bolívia a oeste e ao sul, condição que favoreceu sua inserção em dinâmicas históricas de circulação entre a Amazônia brasileira e o espaço andino-amazônico.
- (C) O estado de Rondônia limita-se com Mato Grosso a oeste, Pará ao norte, Acre a oeste e o Estado Plurinacional da Bolívia ao sul, mantendo ainda pequena faixa fronteiriça, marcada pela presença do Rio Ji-Paraná, com o Estado do Amazonas na porção noroeste.
- (D) O estado de Rondônia limita-se com Mato Grosso a leste, Amazonas ao norte, Pará a nordeste e as Repúblicas do Peru e da Bolívia ao sul, sem estabelecer qualquer limite internacional na porção de seu território situada a oeste.
- (E) O estado de Rondônia limita-se com Mato Grosso a leste, Tocantins ao norte, Acre a oeste e o Estado Plurinacional da Bolívia ao sul e sudoeste, configuração resultante das redefinições territoriais promovidas após sua elevação à condição de estado em 1988, por meio da chamada 'Constituição Cidadã'.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Noções de Direito Administrativo**

41. Durante a elaboração de protocolo integrado para atuação conjunta da Guarda Municipal com outros órgãos municipais, surgiram divergências quanto à distribuição das competências relacionadas à coordenação institucional do programa e à prática dos atos necessários à sua execução cotidiana. Diante da necessidade de delimitar corretamente a atuação dos diferentes órgãos envolvidos, assinale a interpretação tecnicamente adequada.

- (A) A atuação governamental compreende a definição das diretrizes político-administrativas do Estado, cabendo à Administração Pública executar essas diretrizes com observância do regime jurídico-administrativo, inclusive mediante o exercício de competências legalmente vinculadas e discricionárias, cuja conformação pode redefinir os objetivos originalmente estabelecidos pelo Governo.
- (B) A atuação governamental compreende o exercício da direção político-institucional do Estado e a definição das diretrizes gerais de atuação estatal, enquanto a Administração Pública exerce função predominantemente administrativa, destinada à execução concreta das atividades voltadas à realização do interesse público nos limites do ordenamento jurídico.
- (C) O Estado manifesta sua atuação por intermédio do Governo e da Administração Pública, cujas competências podem apresentar pontos de interação institucional, sem que isso implique diferenciação funcional quanto à natureza das atividades exercidas.
- (D) A definição das diretrizes institucionais e a atuação administrativa integram processo estatal coordenado, cabendo à Administração Pública exercer competências discricionárias destinadas à concretização das atribuições legalmente estabelecidas, sem que essa atuação a autorize a substituir as escolhas político-institucionais legitimamente definidas pelos órgãos de Governo.
- (E) A distinção entre Governo e Administração Pública decorre predominantemente do regime jurídico incidente sobre seus agentes, permanecendo equivalente a natureza das funções desempenhadas por ambos na consecução dos fins estatais.

42. Após sucessivos registros de depredação em equipamentos públicos, determinada Guarda Municipal passou a utilizar sistema informatizado para definir a distribuição das equipes ostensivas. Durante a fase de implantação, verificou-se que os critérios empregados pelo algoritmo não haviam sido previamente documentados nem permitiam reconstruir, de forma objetiva, os fundamentos determinantes das decisões administrativas para fins de controle administrativo, legislativo e jurisdicional. Embora a medida apresentasse potencial para ampliar a eficiência operacional, surgiu controvérsia quanto à sua compatibilidade com o regime jurídico-administrativo. À luz dos princípios que regem a Administração Pública, a solução tecnicamente adequada consiste em reconhecer que:

- (A) A utilização de instrumentos tecnológicos na atividade administrativa permanece subordinada ao regime jurídico-administrativo, exigindo que os critérios determinantes da atuação estatal possam ser objetivamente identificados e submetidos aos mecanismos juridicamente cabíveis de controle.
- (B) A utilização de sistemas automatizados mostra-se compatível com o regime jurídico-administrativo quando a autoridade competente puder, no exercício da discricionariedade administrativa, definir o grau de detalhamento dos critérios empregados pelo sistema conforme as necessidades da gestão.
- (C) A incorporação de ferramentas tecnológicas permanece compatível com os princípios administrativos sempre que a autoridade pública assuma integralmente a responsabilidade pela decisão adotada, ainda que os critérios técnicos empregados pelo sistema permaneçam restritos à equipe responsável por seu desenvolvimento.
- (D) A utilização de processamento automatizado de dados preserva a validade da atuação administrativa quando inexistirem indícios de tratamento desigual entre os administrados, ainda que os fundamentos determinantes da decisão não possam ser integralmente reconstruídos pelos órgãos de controle.
- (E) A adoção de soluções tecnológicas destinadas ao aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos admite que limitações ao acesso aos critérios técnicos sejam definidas pela própria Administração sempre que relacionadas à preservação da eficiência operacional.

43. Durante operação integrada destinada à proteção de parques e demais equipamentos públicos municipais, equipes da Guarda Municipal passaram a atuar conjuntamente com servidores vinculados a diferentes estruturas responsáveis pela gestão, manutenção e fiscalização desses espaços. No curso das atividades, verificou-se que parte dessas estruturas integrava diretamente a organização administrativa do Município, enquanto outras desempenhavam atribuições por intermédio de entidades organizadas segundo modelos jurídicos distintos, porém voltadas à realização de finalidades públicas. Considerando essa organização administrativa, assinale a distinção tecnicamente adequada.

- (A) A Administração Pública indireta corresponde ao conjunto de órgãos despersonalizados incumbidos da execução de atividades administrativas descentralizadas, sujeitos à hierarquia dos órgãos centrais da Administração direta.
- (B) A personalidade jurídica própria constitui característica comum aos órgãos da Administração direta e às entidades da Administração indireta, diferenciando-se essas estruturas apenas quanto ao regime jurídico aplicável aos seus agentes.
- (C) A descentralização administrativa elimina a vinculação institucional entre a entidade executora e o ente político responsável pela atividade descentralizada.
- (D) A Administração Pública indireta é integrada por entidades administrativas dotadas de personalidade jurídica própria, organizadas segundo o modelo previsto em lei para o desempenho descentralizado de atribuições estatais, permanecendo vinculadas às finalidades institucionais que justificam sua existência.
- (E) A criação de entidade integrante da Administração indireta substitui o exercício das competências administrativas do ente político correspondente, afastando a supervisão sobre a atividade descentralizada.

44. Durante operação destinada à preservação da ordem urbana, equipes da Guarda Municipal constataram situação que exigiu a adoção de providências previstas na legislação municipal para restabelecer a utilização regular de determinado espaço público. As medidas adotadas produziram efeitos imediatos sobre a esfera jurídica dos particulares envolvidos, sem que os destinatários mantivessem vínculo funcional com a Administração e sem que decorressem da edição de ato normativo complementar. Considerando a natureza jurídica da atuação descrita, sua correta classificação consiste em:

- (A) Exercício do poder disciplinar, decorrente da competência administrativa para impor medidas restritivas destinadas ao cumprimento da disciplina administrativa por todos aqueles submetidos à atuação estatal.
- (B) Exercício do poder hierárquico, em razão da competência administrativa para coordenar a atuação dos agentes públicos e praticar atos que produzam efeitos perante particulares quando necessários ao cumprimento das finalidades institucionais.
- (C) Exercício do poder de polícia administrativa, caracterizado pela imposição de limitações ou condicionamentos ao exercício de direitos ou atividades privadas em benefício do interesse público, nos limites da lei.
- (D) Exercício do poder regulamentar, tendo em vista a aplicação concreta da legislação administrativa mediante providências destinadas à preservação da ordem urbana e ao adequado uso dos bens públicos.
- (E) Exercício simultâneo dos poderes discricionário e hierárquico, porque a escolha da providência administrativa pressupõe coordenação interna dos agentes e produção de efeitos externos perante os administrados.

45. Após revisão administrativa dos procedimentos adotados para disciplinar o acesso de veículos a determinado equipamento público municipal, a autoridade competente verificou que um ato anteriormente praticado permanecia formalmente compatível com o ordenamento jurídico, embora as alterações ocorridas na organização do serviço tivessem modificado a avaliação administrativa acerca da conveniência de sua manutenção. Diante desse cenário, a medida juridicamente compatível caracteriza-se por:

- (A) Anular o ato administrativo, porque a modificação das circunstâncias fáticas posteriores compromete sua validade jurídica originária.
- (B) Convalidar o ato administrativo, considerando que a alteração das circunstâncias demonstra a existência de vício sanável na sua formação.
- (C) Declarar a inexistência jurídica do ato administrativo, em razão da perda superveniente de sua finalidade administrativa.
- (D) Suspender definitivamente os efeitos do ato administrativo mediante controle de legalidade, independentemente da existência de vício originário.
- (E) Revogar o ato administrativo, em razão da perda superveniente de sua conveniência ou oportunidade.

46. Durante operação integrada voltada à proteção de equipamentos públicos municipais, a Guarda Municipal atuou conjuntamente com pessoas que exerciam atribuições estatais sob diferentes regimes jurídicos de atuação perante a Administração Pública. Enquanto algumas desenvolviam atividades vinculadas à estrutura permanente da Administração, outras desempenhavam funções decorrentes de situações jurídicas expressamente admitidas pelo ordenamento. Considerando o regime jurídico dos agentes públicos, indique a interpretação tecnicamente adequada.

- (A) A função pública pode ser exercida independentemente da titularidade de cargo ou emprego público quando o ordenamento jurídico admitir o exercício de atribuições estatais por pessoa regularmente investida para essa finalidade.
- (B) O cargo público e o emprego público constituem modalidades de vínculo funcional destinadas ao desempenho permanente de atribuições estatais, distinguindo-se apenas pelas normas trabalhistas aplicáveis ao respectivo ocupante.
- (C) O exercício de função pública somente pode ocorrer mediante prévia investidura em cargo público ou emprego público regularmente constituído.
- (D) O emprego público caracteriza modalidade de vínculo funcional cuja constituição depende de prévia aprovação em concurso público, submetendo integralmente seu ocupante ao mesmo regime jurídico aplicável aos servidores titulares de cargo efetivo.
- (E) O exercício de atribuições estatais por pessoa investida em hipótese prevista em lei caracteriza situação jurídica autônoma, não compreendida entre as modalidades de agentes públicos reconhecidas pelo Direito Administrativo.

47. Após aprovação em concurso público para Guarda Municipal, determinado candidato foi regularmente nomeado para cargo efetivo. Na sequência, foram praticados os atos necessários à constituição do vínculo funcional e, posteriormente, iniciou o desempenho das atribuições inerentes ao cargo. Durante atividade de formação institucional, discutiu-se a natureza jurídica das etapas percorridas até o início da atuação funcional. À luz do regime jurídico dos agentes públicos, assinale a interpretação tecnicamente adequada.

- (A) A nomeação constitui forma de provimento do cargo e, por si só, produz a investidura em cargo público efetivo.
- (B) A posse e o exercício constituem momentos equivalentes do ingresso no serviço público, distinguindo-se apenas quanto aos efeitos patrimoniais produzidos em favor do agente.
- (C) O início do desempenho das atribuições supre eventual ausência da posse quando a nomeação tiver sido regularmente efetivada pela autoridade competente.
- (D) A investidura em cargo público efetivo aperfeiçoa-se com a posse regularmente realizada, enquanto o exercício corresponde ao início do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
- (E) A nomeação, a posse e o exercício constituem fases de um único ato administrativo complexo, produzindo simultaneamente os mesmos efeitos jurídicos em relação ao vínculo funcional.

48. Durante patrulhamento preventivo em equipamento público municipal, um Guarda Municipal deixou de praticar conduta funcional exigida pelos procedimentos regularmente estabelecidos para a execução da atividade operacional, embora dispusesse de condições para realizá-la. A ocorrência foi posteriormente examinada em procedimento instaurado pela Administração para verificar a regularidade da atuação funcional do agente. De acordo com o regime jurídico dos agentes públicos, a conclusão tecnicamente adequada consiste em:

- (A) A responsabilização administrativa depende da demonstração de efetivo prejuízo patrimonial decorrente da conduta funcional atribuída ao agente público.
- (B) A responsabilização administrativa exige prévia definição da responsabilidade civil ou penal decorrente dos mesmos fatos, em razão da unidade do ilícito funcional.
- (C) A violação de dever funcional somente admite sanção administrativa quando demonstrado que a conduta produziu vantagem indevida para o agente ou para terceiro.
- (D) A infração funcional somente se caracteriza quando a Administração comprovar que a conduta comprometeu materialmente a continuidade ou a eficiência da prestação do serviço público.
- (E) A inobservância de dever inerente ao exercício da função pode ensejar responsabilização administrativa, desde que a conduta seja regularmente apurada mediante procedimento que assegure as garantias do contraditório e da ampla defesa.

49. Durante patrulhamento preventivo realizado pela Guarda Municipal, um agente, na qualidade de agente público e durante o desempenho de suas atribuições, praticou ato que ocasionou dano material a particular. Em procedimento posteriormente instaurado, verificou-se que o dano decorreu da atuação funcional, permanecendo controvertida apenas a existência de dolo ou culpa do agente. À luz do regime constitucional da responsabilidade civil do Estado, a conclusão tecnicamente adequada é:

- (A) A ausência de demonstração de dolo ou culpa do agente afasta a responsabilidade do ente público pelos danos causados ao particular.
- (B) A responsabilidade do ente público e a responsabilidade pessoal do agente submetem-se aos mesmos pressupostos jurídicos, razão pela qual dependem da comprovação dos mesmos elementos subjetivos.
- (C) O ente público responde pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, permanecendo eventual responsabilização regressiva condicionada à demonstração de dolo ou culpa do agente.
- (D) O dever de indenizar do ente público impede a posterior apuração da responsabilidade funcional ou patrimonial do agente relativamente aos mesmos fatos.
- (E) A circunstância de o dano decorrer da atuação funcional do agente impede a responsabilização do ente público enquanto não houver definição da responsabilidade pessoal do agente.

50. Durante procedimento de revisão de atos relacionados à organização das atividades operacionais da Guarda Municipal, a autoridade competente verificou que determinado ato administrativo permanecia produzindo efeitos, embora, durante a revisão administrativa, tenham sido identificadas inconsistências relacionadas às condições juridicamente exigidas para sua edição. Antes de qualquer provocação ao Poder Judiciário, instaurou-se procedimento administrativo destinado à reavaliação da medida. Com base no regime jurídico do controle da Administração Pública, a providência juridicamente adequada consiste em:

- (A) Manter os efeitos do ato administrativo até eventual pronunciamento judicial definitivo, em razão da presunção de legitimidade dos atos administrativos.
- (B) Declarar a nulidade do ato administrativo pela própria Administração, observadas as garantias aplicáveis e os limites previstos no ordenamento jurídico.
- (C) Revogar o ato administrativo por razões de conveniência administrativa, ainda que o defeito decorra da inobservância de requisito legal de validade.
- (D) Submeter obrigatoriamente a revisão do ato ao Poder Judiciário, por se tratar de questão relacionada à validade do ato administrativo.
- (E) Convalidar o ato administrativo sempre que ele já tiver produzido efeitos perante terceiros, ainda que o defeito seja incompatível com a convalidação.

Noções de Direito Constitucional e Direitos Humanos

51. Em virtude de reiterados episódios de violência psicológica e patrimonial cometidos por seu ex-companheiro, Maria obteve judicialmente medidas protetivas de urgência. Dias após a intimação do agressor, agentes de segurança pública, durante o patrulhamento preventivo em uma praça central da cidade, depararam-se com o indivíduo ostensivamente descumprindo a ordem judicial de distanciamento mínimo fixada em favor da ofendida. Diante desse cenário de flagrante delito e considerando as disposições normativas da Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta.

- (A) O agressor incorre em crime punido com pena de reclusão, sendo que, na hipótese de sua prisão em flagrante, a concessão de fiança é ato de competência exclusiva da autoridade judicial.
 - (B) O crime de descumprimento de medidas protetivas pressupõe que a ordem judicial desobedecida tenha sido proferida por juízo dotado de estrita competência criminal.
 - (C) A prisão em flagrante efetuada admite o arbitramento de fiança pela autoridade policial de plantão, desde que o delito subjacente não envolva violência física contra a ofendida.
 - (D) A configuração do crime de descumprimento de medidas protetivas fica obstada caso as restrições tenham sido deferidas sem o prévio ajuizamento de uma ação penal ou cível.
 - (E) A imposição de sanção penal pelo descumprimento da ordem impede a cumulação de novas restrições ou a aplicação autônoma de monitoração eletrônica pelo magistrado.
-

52. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, consolidou um marco normativo global para a proteção da dignidade humana, estabelecendo direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. No que concerne às restrições, exceções e contornos específicos dos direitos expressamente previstos no texto desse diploma internacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito ao casamento e à constituição de família, a partir da idade núbil, exige o livre consentimento dos nubentes, admitindo restrições estatais fundadas estritamente na nacionalidade ou na religião.
- (B) O direito de propriedade, assegurado a toda pessoa, individual ou coletiva, possui natureza absoluta no plano internacional, não contemplando hipótese de privação.
- (C) A garantia de que ninguém será condenado por ação ou omissão que não constituísse ato delituoso restringe-se ao âmbito do direito interno do Estado onde o fato foi praticado.
- (D) O direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países não pode ser validamente invocado pelo indivíduo no caso de processo realmente existente por crime de direito comum.
- (E) A ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades enunciados na Declaração deve reinar, de forma prioritária e cogente, no plano interno e social de cada Estado soberano.

53. Determinado Município editou uma lei local criando um novo órgão de segurança pública em sua estrutura administrativa, conferindo-lhe a atribuição de realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais que cortam o seu território e a apuração de infrações penais comuns ocorridas nessas vias. Diante do modelo de repartição de competências e do rol de órgãos de segurança pública estabelecidos na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) O Município atuou dentro de sua esfera de competência, pois a Constituição Federal confere aos entes locais a primazia na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas em qualquer rodovia.
- (B) A criação do órgão municipal é válida, desde que as atividades investigativas fiquem restritas à apuração de crimes militares, cuja competência é outorgada às Guardas Municipais.
- (C) A legislação local é regular, haja vista que as Polícias Civis e as Guardas Municipais partilham, de forma concorrente e por mandamento constitucional, as funções de polícia judiciária da União.
- (D) O ato normativo municipal é legítimo, contanto que o novo órgão atue como força auxiliar e reserva do Exército, subordinando-se diretamente ao Governador do Estado.
- (E) A lei municipal é inconstitucional, uma vez que o patrulhamento ostensivo de rodovias federais é atribuição expressa da Polícia Rodoviária Federal, restringindo-se a competência municipal à constituição de guardas municipais para a proteção de seus bens, serviços e instalações.

54. O Decreto nº 6.040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), estabelecendo conceitos fundamentais, princípios e objetivos que orientam a proteção jurídica e a valorização desses grupos diferenciados. À luz das definições conceituais e dos parâmetros normativos expressamente fixados pelo referido diploma legal, indique a alternativa correta.

- (A) O conceito normativo de povos e comunidades tradicionais restringe-se aos grupos identificados por traços genéticos e biológicos homogêneos, que dependem estritamente da demarcação de terras em áreas rurais.
- (B) O princípio do desenvolvimento sustentável preconiza a satisfação exclusiva das demandas produtivas das gerações atuais, cabendo às gerações futuras a readequação dos recursos naturais de acordo com as novas tecnologias.
- (C) Os espaços geográficos qualificados como territórios tradicionais são compreendidos como os necessários à reprodução cultural, social e econômica dos respectivos povos, independentemente de sua utilização ocorrer de forma permanente ou temporária.
- (D) A elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável é restrita aos parâmetros estritamente temáticos, sendo vedada a formulação de diretrizes baseadas em recortes regionais ou étnico-socioculturais.
- (E) A imposição de ações governamentais voltadas à segurança alimentar dos povos tradicionais deve priorizar a uniformização cultural das práticas alimentares, com o escopo de subsumir as diferenças de hábitos entre os grupos.

55. A Constituição Federal consagra o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo deveres ao Poder Público. Considerando a repartição de responsabilidades e as competências correlatas à fiscalização ambiental executada no âmbito municipal, assinale a alternativa correta.

- (A) A supressão ou alteração de espaços territoriais especialmente protegidos pode ser determinada por ato administrativo do chefe do Executivo local, prescindindo de previsão em lei.
- (B) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, de forma independente da obrigação de reparar os danos causados.
- (C) A obrigação de recuperar a área degradada pela exploração de recursos minerais afasta a incidência concomitante de penalidades de natureza administrativa.
- (D) A Floresta Amazônica e a Mata Atlântica foram declaradas bens de propriedade exclusiva da União, sendo vedada qualquer exploração econômica de seus recursos naturais.
- (E) A definição da localização de usinas que operem com reator nuclear insere-se na competência legislativa concorrente dos Estados e Municípios.

56. No exercício de suas funções de proteção dos bens e instalações de uma autarquia municipal, uma equipe de segurança percebeu que um indivíduo, após pichar o muro do prédio público durante a noite, fugiu e se escondeu no quintal de uma residência habitada próxima. O proprietário da casa, ao notar a movimentação, recusou-se terminantemente a permitir a entrada dos agentes no local sem uma ordem judicial. Diante do caso concreto e das garantias fundamentais expressamente previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os agentes podem adentrar a residência à força em qualquer horário, independentemente do consentimento do morador, bastando que a infração penal atinja o patrimônio público.
- (B) Eventual mandado judicial de busca e apreensão expedido pelo juiz competente poderia ser regularmente cumprido pelos agentes no interior da residência durante o período noturno.
- (C) A recusa do morador em franquear a entrada para a captura de um suspeito configura crime de desobediência imediato, autorizando o ingresso forçado a qualquer hora do dia ou da noite.
- (D) A proteção constitucional da inviolabilidade domiciliar restringe-se ao período noturno, ficando o espaço privado desprovido de qualquer garantia jurídica durante o período diurno.
- (E) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

57. No que concerne ao combate ao racismo e à promoção da igualdade étnico-racial no ordenamento jurídico brasileiro, a discriminação é definida como toda distinção ou preferência baseada em raça ou cor que restrinja o gozo de direitos. Visando superar vulnerabilidades na esfera profissional, o legislador estabeleceu regras de responsabilização criminal por condutas preconceituosas. Considerando esse sistema protetivo, marque a alternativa correta.

- (A) As infrações penais resultantes de discriminação ou preconceito, incluindo a injúria racial, submetem-se ao regime da imprescritibilidade e da inafiançabilidade, aplicando-se o aumento de pena se o crime for cometido mediante concurso de pessoas.
- (B) A implementação de programas de ação afirmativa voltados à correção de desigualdades e à promoção de oportunidades constitui monopólio do Estado, sendo vedada a adoção de medidas dessa natureza por parte de organizações do setor privado.
- (C) A configuração do crime de preconceito na modalidade de obstar a promoção funcional do trabalhador é restrita ao âmbito da Administração Pública, não alcançando as relações contratuais de emprego na iniciativa privada.
- (D) O efeito da condenação que determina a suspensão do funcionamento de estabelecimento particular que praticar ato discriminatório é automático, operando-se de imediato por força da sentença penal recorrível.
- (E) A prática de proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho quanto ao salário, por motivo de discriminação étnica, configura infração trabalhista passível de multa administrativa, mas carece de tipicidade na esfera penal.

58. No que diz respeito à evolução doutrinária, conceitual e normativa dos Direitos Humanos, o ordenamento jurídico contemporâneo estrutura a proteção da dignidade humana por meio de princípios universais que vinculam tanto a atuação do Estado na esfera interna quanto os compromissos assumidos na ordem internacional. Essa proteção se desenvolve de forma progressiva e integrada, consolidando garantias de diferentes naturezas ao longo da história. Diante desse sistema de proteção fundamental, assinale a alternativa correta.

- (A) As características da inalienabilidade e da irrenunciabilidade conferem aos direitos humanos um caráter absoluto, o que impede legalmente qualquer tipo de restrição ou colisão fática entre garantias fundamentais no caso concreto.
- (B) A dimensão dos direitos sociais, econômicos e culturais, classificada historicamente como de segunda geração, demanda do poder público uma postura de omissão fiscalizatória para permitir o livre desenvolvimento das forças de mercado.
- (C) Os direitos humanos de primeira dimensão focam nas liberdades públicas e nos direitos civis e políticos, impondo ao Estado uma obrigação de abstenção ou prestação negativa destinada a garantir a esfera de autonomia individual.
- (D) O princípio da universalidade assegura que todos os direitos humanos possuem idêntico conteúdo de aplicação imediata, restando afastada a possibilidade de implementação progressiva para os direitos que exijam investimentos estruturais.
- (E) A proteção internacional dos direitos humanos fundamenta-se na soberania dos Estados, de modo que a jurisdição de tribunais internacionais fica inteiramente subordinada à anuência legislativa prévia em cada caso litigioso.

59. No exercício de suas atribuições de proteção aos bens municipais, um integrante da Guarda Municipal, ao manobrar a viatura oficial no pátio de uma repartição pública local, agiu com manifesta imprudência e colidiu contra um veículo particular que estava regularmente estacionado na vaga de visitantes, causando expressivos danos materiais na lataria do automóvel privado. Diante do dano patrimonial causado e do regime constitucional da responsabilidade civil da Administração Pública estabelecido pela Constituição Federal, indique a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil do Município é afastada pelo fato de o acidente ter ocorrido no interior de uma repartição pública, devendo o proprietário lesado suportar integralmente os prejuízos materiais.
- (B) O Município responderá objetivamente pelos danos materiais causados ao veículo particular, assegurado o direito de regresso contra o guarda municipal responsável se ficar comprovado que este agiu com dolo ou culpa.
- (C) O direito de regresso da Administração Pública em face do guarda municipal independe da verificação de elemento subjetivo, gerando o dever automático de ressarcimento pelo servidor com base na responsabilidade objetiva.
- (D) O proprietário do veículo particular danificado deve ajuizar a ação de indenização por danos materiais direta e exclusivamente em face do guarda municipal condutor da viatura, sendo vedado acionar o erário municipal.
- (E) A obrigação de indenizar do Município depende da demonstração prévia de que o órgão da Guarda Municipal possuía dotação orçamentária específica voltada à cobertura de sinistros automobilísticos no ano corrente.

60. Considerando o sistema de proteção constitucional e internacional aos povos indígenas, é correto afirmar que:

- (A) O direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes nas terras ocupadas afasta a plena isenção de impostos ou taxas sobre a renda dessas comunidades.
- (B) As línguas e as tradições indígenas são reconhecidas legalmente, condicionando-se a validade dos seus atos ao abandono progressivo dos seus costumes originários.
- (C) O poder público pode interditar o acesso dos povos originários ao Poder Judiciário quando a demanda for apresentada diretamente por suas associações representativas.
- (D) Os povos indígenas possuem o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que este afete suas vidas, crenças e instituições.
- (E) A realização de pesquisas científicas em territórios indígenas dispensa a autorização da comunidade local, bastando a comunicação prévia aos órgãos ambientais do Município.

Noções de Direito Penal e Processo Penal

61. Renato Brasileiro ensina que o processo penal, em um Estado Democrático de Direito, não é apenas instrumento de aplicação da lei penal, mas também instrumento de proteção dos direitos e garantias fundamentais do investigado, acusado e condenado. Assim, a persecução penal deve desenvolver-se em estrita observância da Constituição Federal e dos tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro. Com fundamento na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta acerca das garantias constitucionais aplicáveis ao processo penal.

- (A) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
 - (B) Aos litigantes, em processo judicial, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios de prova admitidos em direito.
 - (C) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os recursos previstos em lei.
 - (D) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, estendendo-se tais garantias aos acusados apenas em processo judicial.
 - (E) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório, sendo a ampla defesa exercida na forma da lei.
-

62. Segundo Guilherme de Souza Nucci, os direitos do preso decorrem diretamente da Constituição Federal, dos tratados internacionais de direitos humanos e da legislação infraconstitucional, especialmente o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal. Para Nucci, a prisão restringe apenas o direito de liberdade, não implicando a perda dos demais direitos fundamentais incompatíveis apenas com a condição de encarceramento. O preso permanece titular de direitos fundamentais e deve ser tratado com respeito à dignidade da pessoa humana. A partir de tais lições, considerando apenas o texto da Carta Magna, assinale a alternativa correta.

- (A) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da Defensoria Pública, quando não constituído advogado.
- (B) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência exclusiva de advogado.
- (C) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família, facultada a de advogado.
- (D) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurando-se a comunicação imediata ao Ministério Público e ao advogado constituído.
- (E) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

63. A partir das lições processuais penais de Fernando Capez sobre o Inquérito Policial, nas quais o autor assevera que o inquérito policial é procedimento administrativo e inquisitivo onde inexistente obrigatoriedade de defesa técnica e a presença do advogado é facultativa, constituindo direito do investigado. Isso pode ser confrontando com a própria letra de lei do Código Processo Penal pátrio, que instituiu a partir de 2019 que nos casos em que servidores vinculados às instituições dispostas no art. 144 da Constituição Federal figurarem como investigados em inquéritos policiais, inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações dispostas no art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o indiciado poderá constituir defensor. Para esses casos, previstos no art. 14-A, é correto afirmar que o investigado:

- (A) Deverá ser intimado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da ciência da intimação.
- (B) Deverá ser citado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da citação.
- (C) Será notificado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da instauração do procedimento.
- (D) Deverá ser citado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado do recebimento da citação.
- (E) Deverá ser cientificado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da ciência inequívoca dos fatos.

64. Para Nestor Távora, o exame de corpo de delito consiste na perícia realizada sobre os vestígios materiais deixados pela infração penal, com a finalidade de demonstrar sua existência e fornecer elementos técnicos relevantes para a apuração do fato. O autor destaca que o objeto do exame não é necessariamente o corpo da vítima, mas o corpo de delito, entendido como o conjunto de vestígios materiais deixados pela infração. Assim, com fundamento na letra do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta acerca do exame de corpo de delito indireto.

- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- (B) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por qualquer motivo, a prova testemunhal suprirá obrigatoriamente a sua ausência.
- (C) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por insuficiência de vestígios, a confissão do acusado poderá suprir-lhe a falta.
- (D) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental substituirá obrigatoriamente a prova pericial.
- (E) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal somente poderá suprir-lhe a falta quando houver concordância do Ministério Público.

65. Sabemos que crime e contravenção penal são espécies do gênero infração penal. Neste sentido, afirma Rogério Greco que a distinção entre ambos não é ontológica, isto é, não decorre da natureza do fato, mas sim de uma opção político-criminal do legislador. Em outras palavras, não existe diferença essencial entre crime e contravenção. Determinada conduta será considerada crime ou contravenção conforme a classificação que a lei lhe atribuir. Assim, a partir do conceito de infração penal de menor potencial ofensivo, apresentado na Lei Federal nº 9.099/1995, indique a alternativa correta.

- (A) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes punidos com pena máxima igual não superior a 3 (três) anos, cumulada ou não com multa.
- (B) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes punidos com pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- (C) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo apenas os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 3 (três) anos, desde que não haja previsão de multa.
- (D) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- (E) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes cuja pena privativa de liberdade seja substituível por pena restritiva de direitos.

66. Segundo Cleber Masson, as excludentes de ilicitude (ou causas de justificação) são hipóteses previstas em lei que afastam a ilicitude de uma conduta típica, tornando-a juridicamente permitida. Em outras palavras, o fato continua sendo típico, mas deixa de ser ilícito, razão pela qual não há crime, já que, na teoria tripartida adotada pelo autor, o crime é composto por fato típico, ilicitude e culpabilidade. Assim, com fundamento exclusivamente no Código Penal, assinale a alternativa correta acerca das excludentes de ilicitude.

- (A) O estado de necessidade e a legítima defesa pressupõem agressão humana injusta, atual ou iminente, repelida pelo agente mediante uso moderado dos meios necessários.
- (B) O exercício regular de direito e o estrito cumprimento do dever legal excluem a ilicitude, mas o agente responderá pelo excesso doloso ou culposos, nos termos da lei.
- (C) A legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal exigem, em qualquer hipótese, que o agente atue para proteger direito próprio contra perigo atual.
- (D) O estado de necessidade e o exercício regular de direito excluem a ilicitude apenas quando o agente não causar lesão a direito de terceiro.
- (E) Todas as causas de exclusão da ilicitude previstas no Código Penal dependem da existência de agressão injusta, atual ou iminente.

67. Segundo Alice Bianchini, o crime de importunação sexual (art. 215-A do Código Penal) foi criado para preencher uma lacuna existente entre a mera contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor (revogada) e os crimes mais graves de violência sexual, especialmente o estupro. A autora destaca que o tipo penal tutela a liberdade sexual, assegurando à pessoa o direito de não sofrer investidas de natureza sexual sem seu consentimento, que compreende o direito de cada pessoa decidir livremente sobre a prática de atos de conteúdo sexual. A proteção recai sobre a autodeterminação da vítima quanto ao contato de natureza libidinoso. Assim, assinale a alternativa que corretamente apresenta a definição de importunação sexual e sua respectiva pena.

- (A) Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave.
- (B) Praticar contra alguém e sem o seu consentimento ato libidinoso para satisfazer a própria lascívia: pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, salvo se o fato constituir infração penal mais grave.
- (C) Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o intuito de satisfazer a própria lascívia ou a de outrem: pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.
- (D) Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave.
- (E) Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, salvo se constituir crime de igual gravidade.

68. Para Rogério Sanches Cunha, o crime de adulteração de sinal identificador de veículo (art. 311 do Código Penal) tutela a fé pública e a segurança do sistema de identificação veicular, protegendo a confiabilidade dos elementos destinados à individualização dos veículos e de seus componentes. O tipo penal busca impedir fraudes que dificultem ou inviabilizem a identificação da origem lícita de veículos, favorecendo práticas como receptação, desmanche clandestino e comércio ilegal. Dito isso, na forma do Código Penal e seu título específico de Crimes contra a Fé Pública, o tipo penal chamado de adulteração de sinal identificador de veículo possui como forma equiparada apenas a corretamente informada em:

- (A) Incorre nas mesmas penas do caput aquele que adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, mantém em depósito, desmonta, monta, remonta, vende, expõe à venda, ou de qualquer forma utiliza, em proveito próprio ou alheio, veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, semirreboque ou suas combinações ou partes, com número de chassi ou monobloco, placa de identificação ou qualquer sinal identificador veicular que poderia saber estar adulterado ou remarcado.
- (B) Incorre nas mesmas penas do caput aquele que adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, mantém em depósito, desmonta, monta, remonta, vende, expõe à venda, ou de qualquer forma utiliza, em proveito próprio ou alheio, veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, semirreboque ou suas combinações ou partes, com número de chassi ou monobloco, placa de identificação ou qualquer sinal identificador veicular que sabia estar adulterado ou remarcado.
- (C) Incorre nas mesmas penas do caput aquele que adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, mantém em depósito, desmonta, monta, remonta, vende, expõe à venda, ou de qualquer forma utiliza, em proveito próprio ou alheio, veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, semirreboque ou suas combinações ou partes, com número de chassi, monobloco, placa de identificação e qualquer sinal identificador veicular adulterado ou remarcado.
- (D) Incorre nas mesmas penas do caput aquele que adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, mantém em depósito, desmonta, monta, remonta, vende, expõe à venda, ou de qualquer forma utiliza, em proveito próprio ou alheio, veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, semirreboque ou suas combinações ou partes, com número de chassi ou monobloco, placa de identificação ou qualquer sinal identificador veicular que devesse saber estar adulterado ou remarcado.
- (E) Incorre nas mesmas penas do caput aquele que adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, mantém em depósito, desmonta, monta, remonta, vende, expõe à venda, ou de qualquer forma utiliza, em proveito próprio ou alheio, veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, semirreboque ou suas combinações ou partes, com número de chassi ou monobloco, placa de identificação ou qualquer sinal identificador veicular que presumidamente estivesse adulterado ou remarcado.

69. Nas lições de Cezar Roberto Bitencourt, em seu Tratado de Direito Penal, temos que o crime de lesão corporal tutela, primordialmente, a integridade corporal e a saúde da pessoa humana. No § 9º do art. 129 do Código Penal, além desses bens jurídicos, o legislador confere proteção reforçada às relações familiares e domésticas, reconhecendo a maior reprovabilidade da violência praticada no âmbito da convivência íntima. Segundo o autor, tal dispositivo configura uma figura qualificada da lesão corporal, em razão do contexto em que a agressão é praticada. A qualificadora não decorre da gravidade da lesão, mas do vínculo existente entre agente e vítima ou do aproveitamento das relações pessoais. Sobre o crime citado, podemos assinalar corretamente apenas o contido em:

- (A) Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações familiares, de coabitação ou de hospitalidade, a pena será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.
- (B) Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações familiares, domésticas ou de hospitalidade, a pena será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.
- (C) Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de convivência ou de hospitalidade, a pena será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.
- (D) Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, a pena será de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- (E) Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, a pena será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

70. Na obra Direito Penal – Parte Geral, Juarez Cirino ensina que o concurso de crimes é um concurso aparente de penas decorrente da prática de uma pluralidade de infrações penais por um mesmo agente, disciplinado pelos arts. 69 a 71 do Código Penal. Quanto ao conceito legal de Crime Continuado, podemos assinalar corretamente o informado apenas em:

- (A) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, os crimes serão considerados em continuidade delitiva, aplicando-se cumulativamente as penas de cada infração.
- (B) Quando o agente, mediante uma ou mais ações ou omissões, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar e modo de execução, devem os subsequentes ser considerados continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um dos crimes, se idênticos, ou a mais grave, se diversos, aumentada de um sexto até metade.
- (C) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, modo de execução e outras circunstâncias, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena do crime mais grave, aumentada de um sexto a dois terços.
- (D) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.
- (E) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, aplica-se-lhe a pena do crime mais grave, aumentada de um sexto a dois terços, independentemente de serem os crimes idênticos ou diversos.

Legislação Extravagante, de Trânsito e Guarda Municipal

71. Durante curso de formação, foram analisadas a natureza institucional das guardas municipais e a finalidade de sua atuação no âmbito municipal. Nos termos da Lei nº 13.022/2014, assinale a alternativa correta.

- (A) As guardas municipais são instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, incumbidas da função de proteção municipal preventiva.
- (B) As guardas municipais exercem atividade de polícia judiciária local, com atribuição ordinária para investigar infrações penais ocorridas no Município.
- (C) As guardas municipais integram estrutura militar municipal, submetida à disciplina operacional das corporações militares estaduais.
- (D) As guardas municipais atuam como órgãos auxiliares do sistema prisional, com função voltada à custódia de presos em estabelecimentos locais.
- (E) As guardas municipais exercem atividade de defesa territorial, relacionada à proteção externa do Município em situações de conflito.

72. Em planejamento operacional, o Município avaliou ações de proteção preventiva em bens, serviços e instalações públicas municipais, com atuação integrada a outros órgãos quando necessário. À luz da Lei nº 13.022/2014, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete às guardas municipais substituir os órgãos policiais estaduais nas ações ordinárias de policiamento ostensivo em todo o território municipal.
 - (B) Compete às guardas municipais conduzir inquéritos policiais relacionados a crimes praticados em logradouros, bens e serviços públicos municipais.
 - (C) Compete às guardas municipais exercer direção administrativa dos órgãos de segurança pública que atuem em cooperação com o Município.
 - (D) Compete às guardas municipais zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município, observadas as competências dos demais órgãos.
 - (E) Compete às guardas municipais aplicar sanções penais imediatas quando houver dano ao patrimônio público municipal ou desobediência à ordem legal.
-

73. Em ação coordenada de segurança pública, órgãos municipais, estaduais e federais compartilharam informações, definiram estratégias conjuntas e atuaram de forma integrada. Com fundamento na Lei nº 13.675/2018, indique a alternativa correta.

- (A) O SUSP transfere aos Municípios a chefia nacional das ações de segurança pública, com coordenação dos órgãos policiais estaduais e federais.
- (B) O SUSP busca atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social, em articulação com a sociedade.
- (C) O SUSP organiza a segurança pública por atuação autônoma dos entes federativos, sem instrumentos de integração operacional ou informacional.
- (D) O SUSP substitui as competências constitucionais dos órgãos policiais por modelo administrativo unificado de execução centralizada.
- (E) O SUSP limita sua atuação à repressão penal, afastando políticas de prevenção, participação social e proteção dos direitos fundamentais.

74. Acerca da atuação da Guarda Municipal no contexto de uma ocorrência emergencial em praça pública municipal, à luz do Decreto nº 11.841/2023, assinale a alternativa correta.

- (A) As guardas municipais assumem a presidência da investigação criminal quando forem as primeiras instituições públicas a chegar ao local da ocorrência.
- (B) As guardas municipais passam a dirigir a atuação operacional dos órgãos estaduais de segurança pública em ocorrências iniciadas em bem municipal.
- (C) As guardas municipais deixam de atuar em cooperação quando a ocorrência envolver órgãos federais ou estaduais de segurança pública.
- (D) As guardas municipais exercem função de polícia judiciária quando a ocorrência envolver patrimônio, serviço ou instalação pública municipal.
- (E) As guardas municipais, no atendimento de ocorrências emergenciais, podem realizar procedimentos preliminares iniciais e acionar os órgãos competentes.

75. Durante capacitação de agentes públicos, discutiu-se a organização administrativa do trânsito e a atuação dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito. Nos termos da Lei nº 9.503/1997, marque a alternativa correta.

- (A) O Sistema Nacional de Trânsito é estruturado por órgãos federais, cabendo aos Municípios apoio administrativo em atividades educativas.
- (B) O Sistema Nacional de Trânsito reúne órgãos policiais estaduais, com participação municipal vinculada à conservação de vias públicas.
- (C) O Sistema Nacional de Trânsito é composto por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme competências legais.
- (D) O Sistema Nacional de Trânsito atribui aos condutores a gestão das vias terrestres abertas à circulação, conforme o uso comum local.
- (E) O Sistema Nacional de Trânsito concentra suas funções em órgãos executivos estaduais, cabendo à União atuação consultiva em normas gerais.

76. Em apuração de conduta ofensiva, verificou-se que um agente utilizou elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional para atingir a dignidade da vítima. À luz da Lei nº 7.716/1989, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.532/2023, assinale a alternativa correta.

- (A) A injúria racial foi inserida na Lei nº 7.716/1989, com tratamento jurídico relacionado aos crimes resultantes de racismo.
- (B) A injúria racial passou a configurar infração administrativa, sujeita a apuração disciplinar perante o órgão público competente.
- (C) A injúria racial recebeu tratamento jurídico civil, voltado à indenização patrimonial e à retratação pública do ofensor.
- (D) A injúria racial ficou desvinculada da tutela penal contra o racismo, permanecendo fora da Lei nº 7.716/1989.
- (E) A injúria racial depende de segregação coletiva efetiva para caracterização da responsabilidade penal do agente.

77. Em ação educativa de trânsito, foram abordadas condutas esperadas dos usuários das vias terrestres abertas à circulação, considerando segurança, fluidez e proteção coletiva. Com fundamento no Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Os condutores podem adaptar regras de circulação conforme a intensidade do tráfego, desde que preservada a fluidez momentânea da via.
- (B) Os pedestres submetem-se às normas de trânsito quando utilizam transporte coletivo, mas não quando circulam a pé em via pública.
- (C) Os veículos não motorizados seguem disciplina desvinculada das normas gerais de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro.
- (D) Os usuários das vias podem adotar condutas de risco em locais sem sinalização específica, quando não houver fiscalização no momento.
- (E) Os usuários das vias terrestres devem abster-se de ato que possa constituir perigo ou obstáculo para o trânsito de veículos, pessoas ou animais.

78. Durante patrulhamento preventivo em área pública municipal, a equipe identificou pessoa mantendo espécime da fauna silvestre nativa sem autorização do órgão ambiental competente. Nos termos da Lei nº 9.605/1998, indique a alternativa correta.

- (A) A utilização de animal silvestre nativo configura infração administrativa, ficando afastada a responsabilização penal quando não houver finalidade comercial.
- (B) A proteção penal da fauna silvestre incide sobre espécies ameaçadas de extinção, sem alcançar espécimes em rota migratória ou fora de unidade de conservação.
- (C) Constitui crime matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem permissão, licença ou autorização da autoridade competente.
- (D) A guarda de animal silvestre sem autorização é admitida quando realizada em ambiente doméstico e acompanhada de alimentação adequada.
- (E) A responsabilização por conduta contra a fauna depende de dano ambiental coletivo demonstrado por laudo técnico definitivo.

79. Em patrulhamento preventivo nas imediações de escola municipal, a equipe responsável identificou situação de possível ameaça a direitos de adolescentes em ambiente público. Com fundamento na Lei nº 8.069/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) A proteção prevista no ECA incide sobre adolescentes em conflito com a lei, ficando a criança submetida ao regime comum de proteção civil.
- (B) A criança e o adolescente gozam de proteção integral e são reconhecidos como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento.
- (C) A atuação estatal em favor de criança ou adolescente depende de provocação judicial dos responsáveis antes da comunicação aos órgãos competentes.
- (D) A proteção integral prevista no ECA possui aplicação concentrada na área educacional, especialmente matrícula, frequência e desempenho escolar.
- (E) A aplicação do ECA exige dano consumado, afastando providências preventivas diante de ameaça a direitos da criança ou do adolescente.

80. Durante atendimento de ocorrência envolvendo violência contra mulher, a equipe responsável analisou se a situação se enquadrava no âmbito de proteção previsto na Lei Maria da Penha. Nos termos da Lei nº 11.340/2006, marque a alternativa correta.

- (A) A Lei Maria da Penha disciplina conflitos familiares de natureza patrimonial, com atuação voltada à conciliação obrigatória entre as partes.
- (B) A Lei Maria da Penha aplica-se a situações de violência urbana comum, desvinculadas de contexto doméstico, familiar ou de relação íntima de afeto.
- (C) A Lei Maria da Penha substitui a atuação penal por medidas administrativas de advertência, orientação e acompanhamento social do agressor.
- (D) A Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Constituição Federal.
- (E) A Lei Maria da Penha limita sua proteção aos casos de violência física, sem abranger outras formas de violência contra a mulher.